

# **PORTARIA Nº 182 DE 26 DE MARÇO DE 1996**

(Publicada no Diário Oficial de 27/03/1996)

Alterada pela Portaria nº 431/98.

Ver Portaria nº 431/98, publicada no DOE de 04/08/98, que estabelece critérios para fruição dos incentivos fiscais vinculados ao atendimento às exigências da Portaria 304/96 do Ministério da Agricultura e Abastecimento e ao Programa de Novilho Precoce.

## **Estabelece procedimentos aplicáveis ao incentivo fiscal vinculado ao Programa de Novilho Precoce, e dá outras providências.**

**O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições, consoante a disposição do inciso XI, do art. 96 do RICMS/89 e tendo em vista o Convênio ICMS 19/95, modificado pelos Convênios ICMS 66/95 e 110/95

### **RESOLVE**

**Art. 1º** Fica o estabelecimento frigorífico industrial abatedor autorizado a excluir do ICMS diferido a recolher decorrente de operações que destinem gado para o abate, o valor do incentivo financeiro referente ao Programa Novilho Precoce, instituído pelo Decreto nº 2663, de 3 de dezembro de 1993, e desde que:

**I** - o valor do incentivo financeiro seja transferido ao pecuarista;

**II** - o estabelecimento frigorífico industrial abatedor esteja credenciado junto à Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária - SEAGRI;

**III** - O valor do incentivo corresponda a 50% (cinquenta por cento) do ICMS devido por animal na operação que destine gado para o abate, excluindo-se o imposto incidente nas operações posteriores com produtos resultantes do seu abate;

**IV** - a transferência do valor correspondente ao incentivo financeiro para o pecuarista seja feita até 3 (três) dias após a data prevista para recolhimento do ICMS por parte do estabelecimento frigorífico industrial abatedor;

**V** - o frigorífico mantenha à disposição da fiscalização tributária estadual:

**a)** comprovantes de transferência do valor do incentivo ao pecuarista, em original;

**b)** demonstrativo mensal de abate do gado de que constem discriminadas as seguintes quantidades totais:

**1.** dos animais abatidos por conta própria;

**2.** dos animais abatidos por conta e ordem de terceiros;

**3.** dos novilhos precoces abatidos.

**c)** cópias das Guias de Trânsito Animal (GTA, emitidas pelo órgão competente da SEAGRI), dos animais recebidos para abate;

**d)** laudos de inspeção sanitária expedidos pelos setores competentes da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária - SEAGRI ou do Ministério da Agricultura e Abastecimento;

e) mapa de tipificação de carcaças.

§ 1º A transferência do valor do incentivo financeiro de que trata o inciso I e suas alíneas, será efetuado em espécie, mediante recibo, ou depositado em conta-corrente do pecuarista por ele indicada à sua livre escolha.

§ 2º Além do incentivo financeiro a que se refere o parágrafo anterior, será excluído do ICMS a recolher o valor a ele equivalente, que será lançado no campo 007 - "Outros Créditos" do Livro Registro de Apuração do ICMS, a título de "CRÉDITO ESPECIAL DE INCENTIVO/NOVILHO PRECOCE", de forma que não resulte saldo a recolher relativo ao gado destinado ao abate.

§ 3º Nas remessas decorrentes de operações que destinem gado para o abate por conta e ordem do remetente inscrito no CAD-ICMS como Contribuinte Normal, quando da tipificação da carcaça resultar comprovado tratar-se de novilho precoce, o repasse do valor do incentivo financeiro a que se refere este artigo será feito através de Nota Fiscal emitida pelo estabelecimento frigorífico industrial abatedor, devendo constar do corpo da Nota Fiscal a expressão: 'Valor do incentivo financeiro previsto na alínea a do inciso XVI do RICMS-BA/97, referente ao Programa Novilho Precoce, instituído pelo Decreto nº 2.663, de 03 de dezembro de 1993.

**Nota:** A redação atual do art. 1º foi dada pela Portaria nº 431, 03/08/93, DOE de 04/08/93, efeitos a partir de 04/08/98.

**Redação original, efeitos até 03/08/98:**

"Art. 1º A concessão do crédito do ICMS, prevista no inciso XI, do art. 96 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Dec. 2.460/89, fica condicionada aos seguintes critérios:

I - o estabelecimento frigorífico industrial abatedor fica autorizado a excluir do ICMS a recolher decorrente de operações que destine gado para o abate, o valor do incentivo financeiro referente ao Programa Novilho Precoce, instituído pelo Decreto nº 2663, de 03 de dezembro de 1993, e desde que:

- a) o valor do incentivo financeiro seja transferido ao pecuarista;
- b) o estabelecimento frigorífico industrial abatedor esteja credenciado junto à Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária - SEAGRI;
- c) o valor do incentivo corresponda a 50% (cinquenta por cento) do ICMS devido por animal na operação que destine gado para o abate, excluindo-se o imposto incidente nas operações posteriores com produtos resultantes do seu abate;
- d) a transferência do valor correspondente ao incentivo financeiro para o pecuarista seja feita até 3 (três) dias após a data prevista para recolhimento do ICMS por parte do estabelecimento frigorífico industrial abatedor;

II - ao Documento de Arrecadação Estadual - DAE, relativo ao pagamento do imposto incidente nessas operações, deverá ser anexado:

- a) comprovante de transferência do valor do incentivo ao pecuarista, em original;
- b) demonstrativo de apuração do abate de novilho precoce;
- c) laudo de inspeção sanitária expedido pelo setor competente da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária - SEAGRI ou do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária - MAARA.

§ 1º A transferência do valor do incentivo de que trata o inciso I e suas alíneas, deste artigo, será efetuado em espécie, mediante recibo, ou depositado em conta-corrente do pecuarista por ele indicada à sua livre escolha.

§ 2º O valor a ser excluído do ICMS a recolher será lançado no campo 007 - "Outros Créditos" do Livro Registro de Apuração do ICMS, a título de "CRÉDITO ESPECIAL DE INCENTIVO/NOVILHO PRECOCE".  
**O Decreto nº 2.662 foi citado incorretamente, trata-se do Decreto nº 2663 publicado na mesma data.**

**Art. 2º** No prazo de 10 (dez) dias contados da data prevista para o pagamento do imposto nessas operações o estabelecimento frigorífico industrial abatedor deverá encaminhar à Inspetoria Fiscal do seu domicílio;

**I** - cópia dos DAE relativo ao pagamento do ICMS;

**II** - cópia dos comprovantes de transferência do valor do incentivo previsto no artigo antecedente.

**Art. 3º** As condições estabelecidas nesta Portaria não invalidam outras tantas que venham a ser adotada pela Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária no âmbito da sua competência.

**Art. 4º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

**SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA**, em 25 de março de 1996.

**RODOLPHO TOURINHO NETO**  
Secretário